

Novas Substâncias Psicoativas em Portugal

Metodologia *Trendspotter* | Relatório Final

2018

Elsa Lavado
Joana Leonardo
Ludmila Carapinha
Marco Torrado
Paula Frango
Vasco Calado



SICAD

Serviço de Intervenção nos
Comportamentos Aditivos
e nas Dependências

Ficha Técnica

Título: Novas Substâncias Psicoativas em Portugal. Metodologia *Trendspotter* / Relatório Final, 2018

Autor: Lavado, Elsa; Leonardo, Joana; Carapinha, Ludmila; Torrado, Marco; Frango, Paula; Calado, Vasco

Editor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Morada: Parque de Saúde Hospital Pulido Valente, Alameda das Linhas de Torres, nº 117 | Edifício SICAD | 1750-147 Lisboa

Edição: 10-10-2018

ISBN: 978-989-54145-5-0

Esta informação está disponível no sítio *web* do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, <http://www.sicad.pt>.

ÍNDICE

I. Introdução	5
II. Metodologia	7
IV. Prevalências de Consumo.....	11
V. Padrões e Perfis de Consumo.....	14
1. Frequências de Consumo	14
2. Continuidade de Consumo	15
3. NSP e Consumo de Outras Substâncias.....	15
4. Contextos de Consumo.....	16
5. Vias de Administração	16
6. Perfis de Consumidores.....	17
6.1. Sociodemografia	17
6.2. Categorias de Consumidores	18
6.3. Intencionalidade	19
7. Perceções, Crenças e Motivações	19
VI. Acesso / Acessibilidade	21
VII. Riscos Associados ao Consumo / Uso Problemático e Mortalidade	22
VIII. Discussão e Recomendações.....	24
IX. Agradecimentos.....	28
X. Referências Bibliográficas.....	29

Novas Substâncias Psicoativas em Portugal (2018): Metodologia Trendspotter

I. INTRODUÇÃO

O termo “Novas Substâncias Psicoativas” (doravante denominadas por NSP) foi adotado oficialmente em Portugal no final de 2012, para designar um conjunto de substâncias psicoativas que, por não constarem das tabelas das Convenções das Nações Unidas (aprovadas em 1961 e 1971), eram, à data, vendidas livremente em lojas especializadas (conhecidas como *smartshops*). Embora o fenómeno das NSP tenha surgido em Portugal e noutros países europeus com mais relevância a partir de 2005, ele enquadra-se numa tendência histórica bem mais antiga de procurar compostos e substâncias psicoativas sem controlo legal, nomeadamente que possam substituir ou provocar, no consumidor, efeitos análogos aos das substâncias ilícitas (King & Kicman, 2011). São exemplo disso o que, nos anos 80 do século XX, ficou conhecido como *designer drugs* (Perrone, 2015; Henderson, 1988; Godinho, 1995) ou a vaga das chamadas “drogas sintéticas” (Carvalho, 2007; Calado, 2006; Silva, 2005; Henriques, 2003) na década seguinte.

A primeira *smartshop* abriu em Portugal no ano de 2007 e vendia sobretudo produtos naturais, como cogumelos alucinogénios, *salvia divinorum* ou *kratom*. Seis anos depois, existiam pelo menos 63 lojas nacionais deste tipo (Calado, 2013). Em Portugal, como na Europa, o crescimento exponencial do número de *smartshops* foi acompanhado pelo surgimento no mercado de um

número crescente de novos compostos, nomeadamente de origem sintética, maioritariamente fabricados na China e na Índia (EMCDDA & EUROPOL, 2013) e mais potentes do ponto de vista psicoativo (Ford *et al.*, 2016; UNODC, 2013). Entre estes, destacavam-se os canabinóides sintéticos, agrupados na categoria *Spice* (EMCDDA, 2009), e as catinonas e derivados. Apesar da designação, e da forma como eram apresentadas, muitas das NSP foram sintetizadas há décadas, pelo que a novidade residia apenas na sua chegada ao mercado.

A abertura de um grande número de *smartshops* num curto espaço de tempo em diferentes cidades portuguesas foi simultaneamente causa e consequência de um inegável crescimento do fenómeno a nível nacional, consubstanciando-se num conquistar de novos grupos de consumidores. Por sua vez, a visibilidade do fenómeno e o facto de as drogas vendidas serem anunciadas como legais¹ promoveu um clima mediático de alarme social. Sobretudo a partir de 2011, multiplicou-se o número de notícias e reportagens produzidas nos meios de comunicação portugueses, centradas maioritariamente nos problemas de saúde associados ao consumo. Foram descritas situações críticas que necessitaram de assistência médica, incluindo internamentos e mesmo mortes.

¹ De facto, como forma de contornar a lei, muitas das substâncias vendidas nas lojas eram apresentadas como fertilizantes de

plantas ou sais de banho, constando o aviso de que não se destinavam a consumo humano.

Perante este cenário, no final de 2012, as autoridades de saúde procederam ao primeiro levantamento nos serviços de urgência hospitalar de casos graves registados, suspeitos de terem sido desencadeados pelo consumo de NSP. O relatório daí resultante (Nogueira, 2012) sinalizava que a grande maioria dos casos era referente a uma população abaixo dos 30 anos, comportando quadros clínicos de confusão aguda e episódios psicóticos. O relatório não confirmou casos fatais mas concluiu que, à data, ao consumo de NSP estavam associados problemas de saúde, nomeadamente junto de populações mais jovens.

Reconhecendo-se o consumo de NSP como problema de relevo em termos sociais e de saúde pública foi elaborada legislação específica com o objetivo de regular a sua comercialização: primeiro na Região Autónoma da Madeira, ainda em 2012, e depois a nível nacional, em 2013². A criação de um regime jurídico que estabelece contraordenações e medidas sanitárias em relação à produção, distribuição, venda e publicidade das NSP teve como consequência o encerramento das *smartshops*, ou a sua reconversão nouro tipo de negócio. Dessa forma, o fenómeno deixou de ter visibilidade social e de ter atenção mediática, o que poderá ter contribuído para a ideia de que o problema se resolvera ou, pelo menos, se atenuara consideravelmente.

Em Portugal, o conhecimento científico sobre NSP é maior no que respeita à dimensão biológica e farmacológica do que os aspetos sociais. De facto, muita da investigação nacional sobre o assunto tem-se focado na estrutura molecular, nos mecanismos de ação e na toxicidade destes compostos, mas também nos danos para a saúde associados ao seu uso (Ventura, Carvalho & Dinis-Oliveira, 2018; Alves *et al.*, 2017; Valente *et al.*, 2017; Moreno, 2016; Silva, 2013). Não obstante, alguns estudos recentes têm procurado ir além do apuramento de prevalências e frequências de consumo de NSP, dando atenção também a motivações, representações sociais, crenças e

perceções de risco, nomeadamente entre jovens consumidores (Calado, Lavado & Dias, 2017; Ribeiro *et al.*, 2014).

A partir dos dados disponíveis, designadamente provenientes de estudos (Henrique & Silva, 2016; Ribeiro *et al.*, 2014), tudo indica que o fenómeno de NSP terá diminuído consideravelmente em relação ao período anterior à publicação da legislação. No entanto, estes e outros estudos recentes (Balsa, Vital & Urbano, 2018; Carapinha & Calado, 2018; Calado, Lavado & Dias, 2017; Calado & Lavado, 2016) revelam que o consumo declarado de NSP permanece como relevante, provavelmente ao nível de outras substâncias ilícitas estimulantes que não a cocaína e de alucinogénios.

É reconhecida a disponibilidade destas substâncias num mercado predominantemente desenvolvido na Internet, designadamente na *darknet* (Soussan & Kjellgreen, 2014), à qual diferentes públicos têm acesso (Van Hout *et al.*, 2018), o que obsta a uma caracterização mais fiel da aquisição e utilização destas substâncias. Por outro lado, há uma perceção empírica de que o consumo de NSP poderá ser mais prevalente entre determinados grupos que, frequentemente, os inquéritos epidemiológicos não captam. Estes aspetos, associados a uma fraca literacia sobre as NSP e a uma multiplicidade de contextos de utilização, incorre num conhecimento diminuto sobre o fenómeno, porquanto a própria categoria de NSP se revela pouco delimitada e consensual (Abdulrahim & Bowden-Jones, 2015; Brandt, King & Evans-Brown, 2014). A importância de tal caracterização é ainda mais premente face ao conjunto de riscos e danos frequentemente associados à utilização de NSP, que têm vindo a ser reportados por alguma literatura científica e validados pela intervenção (Pirona *et al.*, 2017; Van Hout *et al.*, 2018).

Neste trabalho empregou-se uma definição de NSP lata, sem tomar como critério apenas o estatuto legal. Assim sendo, as NSP são entendidas aqui como as substâncias que chegaram ao mercado

² Portaria nº 154/2013 de 17 de abril, disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/260334>

com a abertura das *smartshops* ou que, embora já disponíveis, ganharam maior visibilidade por esta via, bem como as que surgiram entretanto. Optou-se por esta abordagem metodológica porque um dos objetivos do presente estudo consiste precisamente em explorar o conceito no contexto atual.

Neste sentido, o presente estudo exploratório procura traçar um retrato atual do fenómeno das NSP em Portugal, cinco anos depois da criação de legislação específica e reguladora que levou ao encerramento das *smartshops*. Para tal, um conjunto de procedimentos que integram a metodologia *Trendspotter* (EMCDDA, 2011) foi adotado com vista a uma caracterização integrada de várias dimensões envolvidas na utilização e intervenção nas NSP, com destaque para os padrões

de consumo, as perceções e as representações sociais.

Concretamente, as questões de pesquisa que orientaram o desenvolvimento do estudo foram:

1. Qual a utilização do termo “NSP” e que substâncias são incluídas nesta categoria?
2. Quais são os principais perfis dos utilizadores?
3. Quais são os principais padrões de consumo?
4. Quais as formas de acesso utilizadas?
5. Que perceções e representações sociais estão associadas?
6. Quais são os principais danos?

II. METODOLOGIA

O presente projeto de investigação decorreu entre novembro de 2017 e maio de 2018, e seguiu a metodologia *Trendspotter*, desenvolvida pelo OEDT. Um estudo deste tipo contempla a triangulação de informação, recolhida a partir de múltiplos métodos e técnicas de investigação combinados, com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre um determinado fenómeno social de uma forma expedita, fíavel e verificável (Ruiz *et al.*, 2017).

Tendo em conta os objetivos do presente estudo e a especificidade do tema, os principais métodos usados foram os seguintes:

- a) Recolha de informação bibliográfica e outra;
- b) Inquéritos *online* (questionário dirigido a técnicos e profissionais do terreno e questionário dirigido a consumidores de NSP);
- c) Apresentações de peritos em contexto de reunião;

- d) *Focus group* implementados na reunião de peritos.

A revisão bibliográfica incidiu essencialmente nas publicações registadas na base de dados de investigação científica recente sobre CAD em Portugal, disponível na página web do SICAD, bem como em publicações de organizações como o OEDT, a OMS e a ONU. Foram igualmente consultados artigos publicados em revistas científicas entre 2014 e 2018 disponíveis nos motores de busca *Pubmed*[®] e *Google Scholar*[®], utilizando as expressões ‘*New Psychoactive Substances*’; ‘*NPS*’; ‘*NPS portuguese situation*’. Paralelamente, exploraram-se bases de dados que integram o Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências (bases de dados de inquéritos epidemiológicos nacionais, bases referentes à procura de tratamento e às contraordenações por consumo de drogas), bem como a relativa ao Mecanismo de Alerta Rápido³.

³ Mecanismo implementado nos Estados Membros no âmbito da monitorização do fenómeno das Novas Substâncias Psicoativas a

nível nacional/internacional. Constitui uma forma de identificação rápida de novas substâncias presentes no mercado,

Ao contrário de muitos estudos que usam a mesma metodologia, não se provou útil fazer uma recolha de informação adicional em determinados ciberespaços (como fóruns de discussão ou *blogs*, por exemplo), dado ter-se concluído que uma grande parte da informação disponível na Internet sobre o uso de NSP em Portugal está em espaços ocultos e/ou inacessíveis (como a *darknet* ou grupos secretos no *Facebook*[®], por exemplo).

Os dois inquéritos foram lançados *online* na plataforma Google Forms[®] entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, combinando perguntas abertas e fechadas, que tiveram como base os tópicos da pesquisa, designadamente os padrões de consumo de NSP, perceções de risco e acessibilidade, bem como motivações e problemas relacionados com o consumo das mesmas. O convite à participação (anónima) nos inquéritos, no qual se incluíam as hiperligações para acesso aos mesmos, foi realizado sobretudo com base na *mailing list* do SICAD (composta maioritariamente por profissionais que trabalham em CAD nas ARS e no SICAD, incluindo as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência: cerca de 500 profissionais) e publicitado nas suas redes sociais, com o pedido adicional de os participantes redireccionarem os mesmos no sentido de ampliar a amostra. Foram considerados para análise apenas os consumidores que afirmaram o uso de NSP no mínimo uma vez ao longo da vida (n=21)⁴, e os profissionais que afirmaram ter ou já

ter tido contacto com consumidores de NSP na sua atividade (n=58)⁵.

A reunião de peritos decorreu no dia 23 de fevereiro em Lisboa e contou com a presença de 12 profissionais que têm contacto direto ou indireto com o fenómeno das NSP e os seus consumidores, em áreas que vão da investigação química, forense e criminal à intervenção no tratamento e redução de riscos e minimização de danos. Cada especialista partilhou informação através de uma apresentação individual e participou – de acordo com o seu âmbito de expertise – num dos dois *focus groups* promovidos: um mais centrado no conhecimento farmacológico e em intervenções mais especializadas e o outro mais centrado no conhecimento acerca dos utilizadores e dos padrões de consumo. Os tópicos de discussão focaram-se em quatro questões fundamentais: a) o que são NSP; b) quais são os seus consumidores e quais os seus padrões de consumo; c) como é o acesso a este tipo de substâncias e d) uso problemático e danos.

O processo de triangulação da informação recolhida através dos diferentes instrumentos metodológicos permitiu elencar algumas conclusões que a seguir se apresentam, categorizadas em diferentes secções.

III. OFERTA DE NSP EM PORTUGAL

Atualmente, tanto a nível europeu como em Portugal, os canabinóides e as catinonas sintéticas são os grupos de NSP com maior número de

apreensões registadas (EMCDDA, 2018). Em 2013, no contexto europeu, Portugal situava-se entre os países com menor número de apreensões de NSP

pelos Pontos Focais da rede REITOX, a par das já identificadas anteriormente, tendo em conta a sua apresentação e quantidade. Os Pontos Focais reportam esta informação ao EMCDDA. Por sua vez, a nível nacional, o SICAD conta com serviços fonte, principalmente o Laboratório de Polícia Científica.

⁴ Três quartos do sexo masculino, com idades entre os 25-34 anos (43%) e 35-44 anos (29%), a maioria com licenciatura (62%), empregados (86%) e residentes em Lisboa (76%).

⁵ Praticamente todos os participantes são profissionais de saúde (83%) e trabalham maioritariamente com jovens (69%), consumidores problemáticos de drogas (66%), utentes em programas de tratamento (62%), sendo também relevantes as percentagens dos que trabalham com frequentadores de festas/bares (48%), indivíduos com processos de contraordenação (43%) e sem-abrigo (43%).

em geral e de canabinóides e catinonas sintéticas, em particular, (EMCDDA, 2015a).

Segundo fonte do Laboratório de Polícia Científica (LPC), nos últimos 10 anos foram identificadas 90 NSP distintas em Portugal, através de análises feitas a substâncias apreendidas. Embora estas substâncias não se destinem necessariamente a consumo em território nacional, trata-se de um importante indicador da existência e circulação das mesmas.

Tendo em conta os dados reportados pelo Laboratório de Polícia Científica, em Portugal, no âmbito do Mecanismo de Alerta Rápido, foram identificados 16 canabinóides sintéticos distintos e 15 no ano anterior. As substâncias predominantes nestes 2 anos consistem, respetivamente, na JHW-018⁶ (2017) e na AB-CHMINACA (2016)⁷. Por cá, a principal forma de apresentação destas duas substâncias é a mistura herbácea, embora seja de referir a identificação de variantes em pó. A apresentação dos canabinóides sintéticos em mistura herbácea, seja em Portugal seja no plano internacional, compromete o controlo sobre a dosagem do produto, sendo um importante fator de risco de efeitos adversos⁸ (EMCDDA, 2017).

Nos restantes canabinóides sintéticos identificados em 2017 no país predomina também a apresentação em mistura herbácea, sendo, contudo, seguida de perto pela apresentação em pó e identificando-se já a apresentação em micro-selos (caso da AMB-FUBINACA).

CANABINÓIDES SINTÉTICOS IDENTIFICADOS NO ÂMBITO DO MECANISMO DE ALERTA RÁPIDO (PORTUGAL, 2017)

CP47,497-C8
 JWH-018
 JWH-122
 JWH-210
 JWH-018 adamantyl derivado / AB-001
 JWH-018 análogo
 AM2201
 MAM2201
 AMB-FUMINACA
 AMB-CHMINACA
 ADB-FUMINACA
 AB-FUMINACA
 UR-144
 RCS-4
 5FAKB48
 SDB-005

Fonte: LPC/SICAD

As catinonas sintéticas destacam-se, em Portugal, pela quantidade e variedade de substâncias apreendidas. Em 2017, no âmbito do Mecanismo de Alerta Rápido, foram reportadas 26 catinonas distintas, 11 em 2016. A alpha-PVP e variantes (4-CL-alpha-PVP) têm sido predominantes, tal como a metilona^{9,10}. Em Portugal, com exceção para a butilona (apresentada em comprimidos), as amostras analisadas apresentam-se exclusivamente em pó.

⁶ Entretanto colocada sob controlo na Tabela II-A anexa ao Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de janeiro (Lei nº 7/2017 de 2 de março).

⁷ Ambas as substâncias são agonistas dos recetores de canabinóides e produzem efeitos que mimetizam os efeitos da *cannabis*. Sendo mais potentes que o THC, são necessárias doses mais baixas para produzir efeito (2 a 5 mg no caso da JHW-018; 0,5 a 1mg no caso da AB-CHMINACA, quando fumadas). A nível internacional são apresentadas sobretudo em mistura herbácea e em pó. Em relatórios sobre a AB-CHMINACA é também já referida a apresentação em líquido para consumo em cigarros eletrónicos e micro-selos, o que pode refletir evoluções na preparação e formas de utilização destas substâncias. A principal via de administração conhecida é a fumada (WHO, 2014, 2017; EMCDDA, 2017).

⁸ No processo de pulverização da substância em matéria herbácea, a sua distribuição é desigual, podendo haver material com uma particular concentração de produto, aspeto que o consumidor não controla.

⁹ Entretanto colocada sob controlo na Tabela II-A anexa ao Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de janeiro (Lei nº 7/2017 de 2 de março).

¹⁰ Tanto a alpha-PVP como a metilona são psicostimulantes potentes, sendo a metilona análoga do MDMA, com propriedades farmacológicas semelhantes às da mefedrona. A principal apresentação a nível internacional é em pó (EMCDDA, 2015; WHO, 2015) o que, segundo dados do Laboratório de Polícia Científica, também se verifica em Portugal.

CATINONAS SINTÉTICAS IDENTIFICADAS NO ÂMBITO DO MECANISMO DE ALERTA RÁPIDO (PORTUGAL, 2017)

MPHP	Bufedrona
Etilona	Butilona
Efilona	NEH
PHP	3-CEC
PVP	MDPHP
2-MMC	PV9
4-MEC	4-MEAP
4-CEC	Dibutilona
Etilcatinona	4-CMC4-CMC
Pentedrona	4-CMC
Mefedrona	4-Cl-alpha-PVP
Pentilona	Metilona
4-CMC	

Fonte: LPC/SICAD

No que respeita às feniletilaminas, foram identificadas, em 2017, 6 tipos distintos e 4 no ano anterior. Nas substâncias analisadas predominam, em quantidade, as da família 25x-NBOMe, em particular a 25C-NBOMe, e a DOC^{11,12}. Tendo em conta as apreensões realizadas, a principal apresentação destas substâncias em Portugal parece ser também a de micro-selos. No entanto, identificam-se ainda alguns casos de apresentação em pó (DOC) e em comprimidos (2C-E e 6APB).

FENILETILAMINAS IDENTIFICADAS NO ÂMBITO DO MECANISMO DE ALERTA RÁPIDO (PORTUGAL, 2017)

2C-E
6APB
25G-NBOMe
25C-NBOMe
25I-NBOMe
DOC

Fonte: LPC/SICAD

As plantas analisadas pelo Laboratório de Polícia Científica consistem exclusivamente na *salvia*

divinorum, correspondendo a um número reduzido de apreensões e quantidade apreendida. A *salvia divinorum* é uma planta que, fumada, tem um efeito alucinogénio curto mas potente. É uma planta de uso ancestral no México, também usada em Portugal entre psiconautas, mesmo antes da abertura das *smartshops* em Portugal (Calado, 2013).

Para além das já mencionadas categorias de substâncias, outras são reportadas no âmbito do Mecanismo de Alerta, embora com menor expressão. É o caso das arilcicloexilaminas, triptaminas, piperazinas e, salienta-se, dos opióides sintéticos.

OUTRAS SUBSTÂNCIAS IDENTIFICADAS NO ÂMBITO DO MECANISMO DE ALERTA RÁPIDO (PORTUGAL, 2017)

Arilcicloexilaminas

Ketamina
Metoxetamina

Triptaminas

5-Meo-DPT
DMT

Piperazinas

mcPP

Opióides Sintéticos

ODT
Furanilfentanil

Fonte: LPC/SICAD

Numa análise diacrónica quanto às substâncias apreendidas/analizadas em Portugal, constata-se que 2011 e 2012¹³ constituem os anos em que um maior número de amostras com NSP foi sujeito a análise pelo Laboratório de Polícia Científica, diminuindo posteriormente. A partir de 2015, de forma constante, o número de amostras tem de novo aumentado.

¹¹ Sob controlo no âmbito do Decreto-Lei nº 15-93.

¹² A nível internacional, as 25x-NBOMe – tomando como referência a informação sobre a 25I-NBOMe (entretanto colocada sob controlo na Tabela II-A anexa ao Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de janeiro (Lei nº 7/2017 de 2 de março)) para caracterizar esta família de feniletilaminas – são comercializadas sobretudo como alternativa ao LSD, intencionalmente ou não. Apresentam-se essencialmente como micro-selos, existindo

também em pó e líquido (WHO, 2014a). Segundo utilizadores (Energy Control, por exemplo), a DOC é uma substância que, para além de um intenso efeito alucinogénio, que pode durar até 72 horas, tem também um intenso efeito estimulante.

¹³ Os anos de 2011 e 2012 correspondem ao período de maior crescimento do fenómeno das NSP em Portugal, altura em que abriu um grande número de *smartshops* em muitas cidades portuguesas.

Quanto ao tipo de substâncias apreendidas, é de notar nos últimos anos (2015-2017) um aumento da sua diversidade e disponibilidade, considerando as principais categorias (canabinóides, catinonas e feniletilaminas), sobretudo no caso das catinonas (13 em 2015, 26 em 2017). É especificamente nas categorias de canabinóides e de catinonas que se observa, também, uma maior flutuação quanto às substâncias apreendidas.

Segundo as Nações Unidas (UNODC, 2017), o desaparecimento de certas substâncias do mercado está associado à sua introdução apenas para fins de substituição temporária de ilícitas e/ou das que produzem efeitos desagradáveis experienciados pelos consumidores.

Por outro lado, no quadro dos canabinóides e catinonas sintéticas, nas que se têm mantido nos últimos 3 anos em Portugal, destacam-se as substâncias da família alpha-PVP (catinonas) e as da família JHW (canabinóides sintéticos).

A introdução permanente de novas substâncias é uma característica deste mercado. A nível mundial (UNODC, 2017) assiste-se a uma tendência geral de aumento do número e diversidade de substâncias, embora na Europa (EMCDDA, 2018a) o número total de notificações de NSP e a quantidade de substâncias apreendidas em 2016 e 2017 tenham

diminuído. Neste continente, o número de notificações de novas substâncias nas categorias de canabinóides e catinonas sintéticas está a diminuir, a par do aumento de notificações de opióides sintéticos. Portugal não é alheio a esta evolução, verificando-se apreensões de opióides sintéticos, embora residuais (Mecanismo de Alerta Rápido).

Por fim, é de notar que, de acordo com o LPC, a percentagem de NSP apreendidas analisadas corresponde a menos de 1% do total de amostras, os restantes 99% correspondem a substâncias ilícitas, particularmente a *cannabis*, o que parece indicar que o fenómeno das NSP tem um peso residual no mercado das drogas em Portugal.

Em suma, as NSP têm vindo a constituir-se como terreno específico e inovador no domínio do vasto mercado das drogas, face à introdução e mutação permanente de (novas) substâncias. A diversidade destes compostos é muito elevada. Os canabinóides sintéticos e as catinonas sintéticas são os grupos de NSP mais apreendidos no plano europeu e nacional. Outros grupos de NSP, tais como as feniletilaminas ou os opióides sintéticos, encontram-se igualmente em circulação, de modo crescente.

IV. PREVALÊNCIAS DE CONSUMO

A estimativa do consumo de NSP através de inquéritos deve ser ponderada tendo em conta o nível de conhecimento e a interpretação que os respondentes fazem do termo Novas Substâncias Psicoativas; quais as substâncias nele incluídas e qual a relação entre as substâncias apresentadas no inquérito e as designações usadas coloquialmente. Adicionalmente, os dados provenientes de inquéritos refletem apenas o consumo que é do conhecimento dos inquiridos e que estes pretendem declarar.

Diversas fontes sugerem que uma característica distintiva do consumo de NSP face ao de outras substâncias psicoativas consiste no desconhecimento deste, situação que não é particular à realidade portuguesa. Com efeito, parte das NSP produzidas é introduzida no mercado para substituir temporariamente substâncias ilícitas sem conhecimento do consumidor (caso das pastilhas com logotipos típicos do MDMA mas que contêm NSP) ou como adulterantes de substâncias ilícitas (EMCDDA & Europol, 2013).

De acordo com os peritos portugueses auscultados que participaram no âmbito do projeto transnacional NPS-t¹⁴, atualmente a maior parte do consumo de NSP em Portugal é não intencional (Benschop *et al.*, 2017; Silva & Henriques, 2017). São exemplos desta dimensão a disparidade entre a declaração do consumidor e os resultados da análise da substância em dispositivos de *drug checking* (Martins *et. al*, 2017), bem como face aos resultados da análise de metabolitos em serviços de urgência hospitalar, conforme corroborado por peritos (urgência hospitalar e medicina legal) participantes no presente projeto.

Tendo em conta estes considerandos, estima-se que em 2016 cerca de 23 423 residentes em Portugal (15-74 anos) já tenham alguma vez na vida consumido NSP, o que corresponde a uma prevalência de 0,3%. Por sua vez, 15 615 terão consumido este tipo de substâncias nos 12 meses anteriores ao inquérito (consumo recente), isto é, 0,2% da população geral (Balsa, Vital & Urbano, 2018).

Os dados provenientes de estudos representativos nacionais (população em geral, jovens de 18 anos), de estudos internacionais dirigidos a consumidores de substâncias e contemplando dados nacionais (Global Drug Survey), de estudos dirigidos a consumidores de NSP (público do Festival NOS Alive e questionário aplicado no âmbito do presente projeto), bem como informação partilhada no âmbito da reunião de peritos por investigadora do projeto europeu BAONPS¹⁵ (Rolando & Beccaria, 2017), a categoria de NSP cujo consumo é mais reportado em Portugal pelos consumidores portugueses parece ser a dos canabinóides sintéticos, embora não seja particularmente evidente a diferença face ao consumo de plantas e de outras substâncias com propriedades

alucinogénias, nomeadamente plantas e feniletilaminas.

Com efeito, na pesquisa feita no âmbito do projeto transnacional NPS-t entende-se que, no quadro do consumo intencional, predomina o consumo de alucinogénios, com ênfase para a 2C-B, da família 2C, procurada intencionalmente em contexto recreativo (Silva & Henriques, 2017).

Para além das já mencionadas categorias de substâncias, é relatado pelos consumidores outras categorias como as piperazinas, as arilcicloexilaminas, as novas benzodiazepinas e análogos de LSD, embora em percentagens inferiores.

Inquérito a consumidores de Novas Substâncias Psicoativas 2017

No questionário *online* dirigido aos consumidores, decorrente do presente projeto *Trendspotter*, foram 9 os respondentes que declararam consumo recente de NSP. Destes, 4 referiram canabinóides sintéticos, 3 as catinonas sintéticas, 1 indicou plantas. As feniletilaminas foram apontadas por 4 (44.4%) destes respondentes.

Inquérito aos participantes no Dia da Defesa Nacional 2017 (Carapinha & Calado, 2018)

Prevalência de consumo recente:

		18 Anos
Canabinóides Sintéticos	INQ	1,6
	CONS	81,5
Catinonas Sintéticas	INQ	1,3
	CONS	66,6
Plantas / Outras NSP	INQ	1,5
	CONS	80,1

INQ – Inquiridos; CONS – Consumidores de NSP nos últimos 12 meses (N=1754)

¹⁴ O projeto NPS-t (*Transnational Study into New Psychoactive Substances*) procurou traçar um retrato da situação referente às Novas Substâncias Psicoativas em seis países europeus: Alemanha, Holanda, Hungria, Irlanda, Polónia e Portugal. Para isso, a nível nacional, procurou-se triangular dados provenientes da oferta e da procura com informação recolhida com peritos e consumidores de NSP. Em Portugal, foram entrevistados 8 profissionais e 240 consumidores recentes.

¹⁵ O projeto BAONPS – *Be Aware on Night Pleasure Safety* envolveu quatro países – Alemanha, Eslovénia, Itália e Portugal – e procurou identificar Novas Substâncias Psicoativas por meio de *drug checking* em contexto festivo e não só. No âmbito deste projeto, em Portugal foram inquiridos 174 frequentadores de contextos de diversão noturna.

**Inquérito ao público do Festival NOS Alive 2017
(Calado, Lavado & Dias, 2017)**

Prevalência de consumo recente:

		15-34 anos
Canabinóides Sintéticos	INQ	0,7
	CONS	66,7
Catinonas Sintéticas	INQ	..
	CONS	..
Plantas	INQ	0,2
	CONS	22,2
Feniletilaminas	INQ	0,1
	CONS	11,1
Piperazinas	INQ	0,1
	CONS	11,1
Ketamina	INQ	0,1
	CONS	11,1
Outras NSP ^{a)}	INQ	..
	CONS	..

^{a)} Análogos de Cocaína, Outras NSP
INQ – Inquiridos (N=887); CONS – Consumidores de NSP nos últimos 12 meses (N=9)

Relativizando a prevalência de consumo de NSP face ao de substâncias psicoativas ilícitas, constata-se como, nas várias fontes relativas ao consumo intencional é consensual que a prevalência de consumo de NSP (considerando a categoria global ou categorias mais específicas, consoante a fonte) é muito inferior à de consumo de *cannabis* e provavelmente inferior à das outras ilícitas que não *cannabis*, sobretudo considerando os estimulantes e alucinogénios¹⁶ (Balsa, Vital & Urbano, 2018; Carapinha & Calado, 2018; Global Drug Survey 2017; Calado, Lavado & Dias, 2017; Silva & Henriques, 2017; Feijão, 2016; Vavrincikova *et al.*, 2016; informantes do presente projeto).

Numa análise diacrónica baseada no inquérito à população geral (15-74 anos; 15-34 anos), observa-se uma estabilidade na prevalência de consumo recente de NSP entre 2012 e 2016/17. O período temporal em causa não permite, contudo, detetar evoluções que se terão registado sobretudo entre 2013 e 2014. Assim, num trabalho focado em Lisboa, que analisou a prevalência de consumo

recente antes e após o encerramento das *smartshops*, numa amostra de cerca de 500 estudantes universitários, é evidente o decréscimo do consumo entre 2013 e 2014 (Ribeiro *et al.*, 2014).

Segundo Henriques e Silva (2016) o encerramento das lojas terá levado a uma diminuição da prevalência de consumo intencional mas a um aumento paralelo da adulteração de substâncias ilícitas com NSP e de consumo não intencional. Esta é também a perceção dos profissionais e consumidores inquiridos no âmbito do presente projeto.

Num exercício comparativo com outros países, os jovens portugueses com idades entre 15-24 anos que participaram no Eurobarómetro em 2014 (DG COMM, 2014) e os estudantes de 16 anos que participarem em 2015 no ESPAD (The ESPAD Group, 2016) reportaram um consumo com prevalência ao longo da vida igual ou inferior à média europeia. Por sua vez, dados preliminares do Global Drug Survey – 2017, recolhidos na reunião de peritos, indiciam que os consumidores recentes de NSP em Portugal se posicionam em 14º lugar num conjunto de 22 países a nível mundial.

Em dois projetos transnacionais já citados é efetuada uma comparação entre países específicos quanto ao consumo de substâncias psicoativas, concluindo-se que, em comparação com os participantes de outros 5 países (Holanda, Polónia, Hungria, Alemanha e Irlanda), os consumidores de NSP portugueses referem mais o consumo de NSP com efeitos alucinogénios (Benshop *et al.*, 2017) e menos com efeitos estimulantes e de promoção da empatia (Van Hout *et al.*, 2018), enquanto, em comparação com a Itália e a Eslovénia, os participantes portugueses referem menos o consumo de ketamina (Rolando & Beccaria, 2017).

¹⁶ Note-se que existem algumas especificidades consoante estudos e grupos alvo no que reporta a esta comparação.

Em síntese, a triangulação de dados neste domínio indicia que as prevalências de utilização de NSP em Portugal são relativamente residuais, tendencialmente inferiores às das outras ilícitas que não *cannabis* e terão sofrido uma evolução em função da abertura e encerramento das *smartshops*. Os tipos de NSP com maior prevalência de consumo parecem ser o dos canabinóides sintéticos, mas também as plantas, as catinonas e as feniletilaminas. Em geral, a prevalência de consumos de NSP nos jovens portugueses é menor do que nos jovens europeus. Também quando comparado com outros países no plano internacional mais vasto, o consumo recente de NSP pela população portuguesa parece estar abaixo do valor mediano.

V. PADRÕES E PERFIS DE CONSUMO

1. FREQUÊNCIAS DE CONSUMO

Na população em geral, independentemente do grupo etário e da categoria de NSP, predomina o consumo recente com frequência inferior a 1 vez por mês (Balsa, Vital & Urbano, 2018), tal como nos jovens de 18 anos, em que é reportada, predominantemente, uma frequência inferior a 10 ocasiões no ano (Carapinha & Calado, 2018).

Na população em geral os utilizadores de canabinóides sintéticos consomem com mais frequência, seguindo-se os consumidores de catinonas e os de plantas, facto que não se verifica nos jovens de 18 anos inquiridos no Dia da Defesa Nacional 2017.

Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral 2016/17 (Balsa, Vital & Urbano, 2018)						
Frequência de consumo recente:						
15-74 Anos	Canabinóides Sintéticos		Catinonas Sintéticas		Plantas	
	INQ	CONS	INQ	CONS	INQ	CONS
Diário	<0,1	11,9
4 – 6 vezes / semana
2 – 3 vezes / semana
2 – 4 vezes / mês	<0,1	24,9	<0,1	7,3	<0,1	16,1
1 vez / mês	<0,1	8,3	<0,1	9,8	<0,1	22,9
Mais raramente	0,1	54,9	0,1	82,9	0,1	61,0

INQ – Inquiridos; CONS – Consumidores da categoria de NSP nos últimos 12 meses

INQUÉRITO AOS PARTICIPANTES NO DIA DA DEFESA NACIONAL 2017 (CARAPINHA & CALADO, 2018)

Frequência de consumo recente (18-anos):

	Canabinóides Sintéticos		Catinonas Sintéticas		Plantas / Outras NSP	
	INQ	CONS	INQ	CONS	INQ	CONS
40+ ocasiões	0,3	16,6	0,2	16,9	0,2	15,7
20-39 ocasiões	0,1	8,7	0,1	10,4	0,1	8,6
10-19 ocasiões	0,3	18,4	0,3	21,5	0,3	19,4
6-9 ocasiões	0,2	14,0	0,2	14,6	0,2	12,4
3-5 ocasiões	0,2	12,6	0,2	11,9	0,2	13,3
1-2 ocasiões	0,5	29,7	0,3	24,7	0,5	30,5

INQ – Inquiridos; CONS – Consumidores da categoria de NSP nos últimos 12 meses

O consumo de NSP é, também, predominantemente reportado como ocasional, quer por especialistas, quer por utilizadores inquiridos no âmbito do presente projeto. Os profissionais inquiridos consideram ainda que esta frequência não é linear ao longo do ano, sofrendo variações em função das férias escolares e ocorrência de festas (festivals de música, festas académicas), períodos do ano em que será superior.

No âmbito dos projetos internacionais BAONPS e NPS-PWUDH¹⁷, os frequentadores nacionais de ambientes festivos caracterizam igualmente a frequência de consumo como ocasional.

2. CONTINUIDADE DE CONSUMO

A taxa de continuidade do consumo de NSP¹⁸ na população em geral, jovem (15-24 anos) e jovem adulta (25-34 anos) (Balsa, Vital & Urbano, 2018), nos jovens de 18 anos (Carapinha & Calado, 2018) e nos estudantes de 13 a 18 anos (Feijão, 2016) é bastante elevada, sendo que, de forma transversal e independentemente do sexo, mais de metade dos consumidores de NSP ao longo da vida consumiu nos 12 meses anteriores à inquirição.

Informação dos peritos sugere que o consumo intencional de NSP em Portugal tende a ser experimental e/ou em substituição de substâncias ditas tradicionais ou na ausência destas, não sendo, de uma forma geral, uma primeira opção. Esta realidade é predominantemente encontrada junto dos frequentadores de ambientes festivos, como os inquiridos no âmbito do projeto BAONPS e os que participaram em *focus groups* no contexto do projeto NPS-PWUD (Vavřincikova *et al.*, 2016).

Por sua vez, perita de RRMD de intervenção de rua junto de consumidores problemáticos¹⁹, em Lisboa, corrobora também a utilização experimental de NSP, sobretudo para substituir as tradicionais quando indisponíveis.

3. NSP E CONSUMO DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS

Tal como noutros países (UNODC, 2017), os consumidores de NSP portugueses parecem ser também consumidores de outras substâncias psicoativas, ilícitas (Carapinha & Calado, 2018; Silva & Henriques, 2017), o que está de acordo com as referências à utilização de NSP sobretudo quando as substâncias de eleição não estão disponíveis, seja quanto aos consumidores em contexto recreativo (Silva & Henriques, 2017), seja quanto aos consumidores problemáticos²⁰, conforme perita participante neste projeto.

Considerando a literatura no domínio do consumo intencional²¹ e tendo em conta os participantes no presente projeto, é consensual que o consumo de NSP (considerando a categoria global ou categorias mais específicas, consoante a fonte) é muito inferior ao consumo de *cannabis*, a substância ilícita mais consumida em Portugal (SICAD, 2018).

Quanto ao padrão de consumo importa realçar dois aspetos em que o consumo de NSP se assemelha ao das substâncias tradicionais e outros dois em que se distingue: 1) tal como nas tradicionais, sobretudo os estimulantes, o consumo é predominantemente ocasional e realizado na companhia de terceiros, em ambiente de diversão; 2) por outro lado, a probabilidade de um consumidor de substâncias ilícitas consumir também NSP é muito inferior à probabilidade de um consumidor de NSP consumir também ilícitas, crescendo-se ainda o consumo não intencional como fator particularmente distintivo no quadro das NSP.

¹⁷ O projeto NPS-PWUDH (*New Psychoactive Substances among People Who Use Drugs Heavily*) consistiu na aplicação de uma metodologia RAR (*Rapid Assessment and Response*), que incluiu *focus groups* com peritos (profissionais e utilizadores) para caracterizar o consumo de consumidores intensivos de drogas em 5 países europeus. Dado o carácter residual do consumo de NSP no grupo alvo do projeto em Portugal, a pesquisa incidiu em frequentadores de ambientes festivos, com experiência de consumo de NSP.

¹⁸ Consumo de NSP nos últimos 12 meses/Consumo de NSP ao longo da vida.

¹⁹ Neste documento são descritos como *consumidores problemáticos* os utentes de projetos de redução de riscos e

minimização de danos, designadamente equipas de rua, sobretudo consumidores de heroína e cocaína.

²⁰ Neste documento são descritos como *consumidores problemáticos* os clientes de projetos de redução de riscos e minimização de danos, designadamente equipas de rua, sobretudo consumidores de heroína e cocaína.

²¹ Consideraram-se: 1. Estudos nacionais representativos (Balsa, Vital & Urbano, 2018; Carapinha & Calado, 2018; Feijão, 2016); 2. estudos nacionais com consumidores (Global Drug Survey); 3. estudos focados em frequentadores de ambientes festivos (Calado, Lavado & Dias, 2017; Silva & Henriques, 2017; Vavřincikova *et al.*, 2016)

4. CONTEXTOS DE CONSUMO

Os dados analisados a partir das diversas fontes (estudos e peritos consultados) são consensuais quanto ao principal contexto de consumo de NSP em Portugal: o ambiente festivo, nomeadamente festas de música eletrónica, com destaque para o trance psicadélico, e na companhia de terceiros. Neste particular, o caso das NSP é semelhante aos das outras drogas ditas tradicionais, no sentido em que o consumo está fortemente associado a contextos recreativos e de sociabilidade, nomeadamente diversão noturna. Esta é, também, a descrição feita predominantemente pelos jovens europeus (DG COMM, 2014).

Paralelamente, outras fontes oferecem indicações indiretas que suportam esta assunção. Em períodos em que ocorrem festivais, como o Boom Festival, o número de apreensões e de amostras em que se detetam estas substâncias aumenta. Por sua vez, segundo perito com experiência em serviços de urgência hospitalar, no Verão também aumenta o número de episódios de urgência com quadros psicóticos e de ansiedade associados ao consumo de substâncias psicoativas, possivelmente NSP.

No entanto, apesar de predominante, o contexto festivo não é exclusivo para o consumo de NSP. Neste *trendspotter*, uma perita do trabalho de rua partilhou como, dependendo da substância, há dados que apontam para alguma utilização por consumidores problemáticos em contexto festivo (caso do DMT), enquanto outras substâncias são consumidas nos contextos usuais de consumo da heroína e cocaína, frequentemente na rua.

O consumo de NSP está também presente em contexto prisional, embora corresponda a uma percentagem residual dos consumidores de ilícitas ao longo da vida. No último estudo nacional, 2,4% destes consumidores declararam ter consumido NSP na prisão, na presente reclusão. Para efeitos comparativos, a percentagem de consumo de

cannabis é de 41% e a de cocaína 12% (Torres *et al.*, 2015).

Por fim, há que ter em consideração o caso dos psiconautas²² (Orsolini, 2018), que, dadas as motivações que subjazem ao seu consumo, incluem frequentemente como local de consumo a casa própria, de outras pessoas ou outros espaços fechados.

5. VIAS DE ADMINISTRAÇÃO

Tal como na utilização de substâncias ditas tradicionais, também no que concerne às NSP as vias de administração variam de acordo com a substância. A literatura internacional (e.g. WHO, 2014, 2017; EMCDDA, 2017) tem salientado como principais vias de administração conhecidas as seguintes:

1. nos canabinoides sintéticos – a via fumada;
2. nas catinonas têm sido referidas diferentes formas de administração, designadamente do alpha-PVP (snifada, fumada/inalada, injetada, oral, sublingual e rectal);
3. nas feniletilaminas (sobretudo apresentadas em micro-selos) a sua principal via de administração é a oral (sublingual / mastigada); uma dose média de 500 - 800 µg produz efeitos duradouros, que podem exceder o intervalo de 6 a 10 horas²³; existem também relatos de utilização por via nasal, injetada, retal e fumada.

Relativamente a padrões de consumo em Portugal, a informação disponibilizada por utilizadores em ambientes festivos, utentes de equipas de rua e profissionais que já tiveram contacto com consumidores de NSP, a par dos dados relativos à forma de apresentação das substâncias apreendidas, sugerem várias vias de administração com alguma associação a diferentes subgrupos de consumidores. Os consumidores em ambientes festivos, com experiência de consumo exclusiva aos canabinóides sintéticos mas reportando também a

²² Indivíduos que, por valorizarem o psicadelismo e procurarem ter novas experiências sensoriais, têm geralmente grande conhecimento acerca das substâncias psicoativas.

²³ São classificados como feniletilaminas psicadélicas de média duração em fóruns de utilizadores – Energy Control.

existência de consumo de *salvia divinorum* e de ketamina, referem como principais vias de administração a fumada e a snifada, à semelhança das substâncias ditas tradicionais (Vavrincikova *et al.*, 2016).

Por sua vez, segundo perito da área de RRMD em equipas de rua, nas situações pontuais de utilização de NSP por parte dos consumidores problemáticos, os canabinóides sintéticos são usados tanto por via fumada como snifada. Outras NSP, como as triptaminas, são consumidas quer por via fumada, snifada ou endovenosa. Nas várias fontes consultadas, a referência à via endovenosa é mencionada apenas a propósito deste subgrupo populacional (Vavrincikova *et al.*, 2016, por exemplo).

Paralelamente, os profissionais inquiridos no âmbito do presente projeto, que recentemente trabalharam sobretudo com consumidores de canabinóides sintéticos e catinonas referem com mais frequência as vias fumada, snifada e também oral, associando-as à utilização de substâncias em contextos recreativos. Pontualmente, alguns profissionais fazem a referência ao consumo injetado mas sem o associarem a grupos ou contextos específicos.

Em síntese, no que concerne aos padrões de consumo de NSP, a utilização parece decorrer, de um modo geral, em substituição das substâncias ditas tradicionais por indisponibilidade destas e sem carácter de continuidade, pese embora nas faixas etárias mais jovens se verifique uma elevada taxa de continuidade do consumo. Dado o carácter relativamente recente do consumo de NSP em Portugal, é possível que tal reflita uma experiência recente do consumo, mais associada a contextos festivos.

Tendo em conta a dimensão do consumo de canabinóides sintéticos (apresentados predominantemente em mistura herbácea) e de plantas, é provável que, em geral, a via fumada seja a mais utilizada, ainda que a via snifada seja também mencionada por peritos e alguma literatura.

6. PERFIS DE CONSUMIDORES

No que se refere à caracterização de perfis, apresentam-se três eixos de análise que se entrecruzam: aspetos sociodemográficos; categorias segundo motivações e contextos; e intencionalidade.

6.1. SOCIODEMOGRAFIA

De acordo com estudos realizados (SICAD, 2018), na população em geral e em grupos etários mais jovens o consumo recente de NSP é praticamente o dobro no género masculino do que no feminino, sendo também mais frequente, aspeto em que não se diferencia do consumo de outras substâncias ilícitas ou mesmo de consumos mais intensivos de bebidas alcoólicas e que será transversal aos vários contextos.

Nos estudos representativos nacionais o consumo de NSP é mais prevalente entre os mais jovens (Balsa, Vital & Urbano, 2018; Carapinha & Calado, 2018; Feijão, 2017). Segundo peritos de RRMD, também a média de idades dos consumidores problemáticos com experiência de consumo de NSP é inferior à idade média dos consumidores problemáticos em Lisboa (42 anos), embora não substancialmente (39 anos).

Por outro lado, este consumo não se distribui igualmente pelo território português. Confrontando os dados-fonte do Laboratório de Polícia Científica, com os provenientes de inquéritos e do projeto NPS-t, comparativamente, as regiões autónomas, sobretudo a dos Açores, apresentam maior percentagem de consumidores de NSP. Embora estes dados apontem para um maior consumo nos Açores, o fenómeno adquiriu uma maior visibilidade pública na Madeira, acompanhada de produção legislativa.

Segundo os peritos contactados no âmbito do referido projeto, o consumo de NSP nas regiões autónomas é realizado, em grande medida, por consumidores problemáticos, numa proporção superior à das restantes regiões do país.

Esta situação poderá ser explicada pelo preço mais elevado e pela menor disponibilidade das substâncias ilícitas ditas tradicionais, a par da partilha de práticas de consumo por cidadãos que estiveram no Canadá e Estados Unidos da América, em particular no caso dos Açores (Silva & Henriques, 2017). De facto, também a uma escala global, o preço é considerado um fator de relevo para os consumidores problemáticos utilizarem NSP, usualmente mais vulneráveis economicamente (UNODC, 2017).

6.2. CATEGORIAS DE CONSUMIDORES

Vavrincikova *et al.* (2016) propõem a categorização dos consumidores de NSP em três tipos, tomando essencialmente por base a motivação/contexto de consumo: consumidores em contextos festivos, consumidores problemáticos e psiconautas. Esta categorização foi também mencionada nos grupos focais do presente *trendspotter*²⁴. Por sua vez, numa análise a propósito do consumo de AB-CHMINACA, o OEDT propõe uma quarta categoria, correspondente a consumidores que estão sob controlo quanto ao consumo de drogas (reclusos, em tratamento de dependência, condutores), consumindo NSP por não serem detetadas através dos meios de controlo usuais (EMCDDA, 2017).

As fontes consultadas neste estudo permitem sugerir que os consumidores em contextos festivos serão provavelmente o grupo de maior dimensão em Portugal, o mais jovem e, provavelmente, aquele em que o consumo não intencional está mais presente. Entre estes, destacam-se as festas de música eletrónica, onde, aliás, algumas destas substâncias (de origem natural, sobretudo) já circulavam antes da abertura das *smartshops* (Calado, 2006).

A utilização de NSP por consumidores problemáticos em Portugal é diminuta, mesmo em comparação com os consumidores em ambiente festivo. Esta referência (Vavrincikova *et al.*, 2016) é corroborada por peritos em redução de riscos e

minimização de danos do presente projeto e consonante com os dados relativos à procura de tratamento: em 2015 apenas 3 indivíduos em Unidades de Desabilitação e 7 em Comunidades Terapêuticas declararam ter consumido NSP nos 12 meses anteriores, identificando 2 as NSP como droga principal (SICAD, Administrações Regionais de Saúde, Unidades Licenciadas). No mais recente *Trendspotter* sobre utilização de NSP em consumidores problemáticos, a nível europeu, constata-se também que se trata de um fenómeno com uma dimensão restrita e focalizada em subgrupos específicos (EMCDDA, 2017a). Os consumidores problemáticos distinguem-se por serem mais velhos e com maior vulnerabilidade socioeconómica.

Por sua vez, os psiconautas – indivíduos que valorizam o psicadelismo e procuram ter novas experiências sensoriais, nomeadamente através do uso de drogas, de que procuram todo o tipo de conhecimento (Van Hout *et al.*, 2018) – distinguem-se por terem como principal motivação a pesquisa dos estados proporcionados por diferentes substâncias, inferindo-se por isso a maior presença de intencionalidade no consumo.

Estas categorias de consumidores não são mutuamente exclusivas. Por exemplo, peritos na área de RRMD que participaram neste projeto mencionam a frequência de consumidores problemáticos em ambientes festivos, onde utilizam NSP. Por outro lado, é também aventado que os psiconautas poderão consumir este tipo de substâncias tanto em contexto festivo como num domínio privado.

Por sua vez, também os reclusos participantes no último inquérito nacional mencionam o consumo de NSP no contexto de estabelecimento prisional (Torres *et al.*, 2015).

Finalmente, há alguns indicadores da presença de consumo de NSP no grupo de homens que têm sexo com homens. Contudo, estes dados remontam a

²⁴ De notar que, numa abordagem de *tendências emergentes do consumo*, foram também mencionados os consumidores com motivações de potenciação cognitiva e/ou física.

2010 no contexto do estudo European MSM Internet Survey (EMIS). Neste, em 5187 respondentes portugueses a um questionário *online*, 2% mencionaram o consumo de GHB/GBL, 1% o consumo de ketamina e 0.5% o consumo de mefedrona, nos 12 meses anteriores (Martins; Valente & Pires, 2015). Uma das limitações deste estudo consiste em não ter sido possível atualizar o conhecimento a este nível junto de peritos, na ausência de fontes adicionais. Algumas investigações têm reportado como principais motivações do uso de NSP nestes contextos a procura de desinibição e novas sensações, melhoramento da performance sexual, assim como prolongamento e potenciação do prazer (Marillier *et al.*, 2017).

6.3. INTENCIONALIDADE

A (não) intencionalidade do consumo de NSP é sobejamente retratada na literatura (Martins *et al.*, 2017; Soussan, Andersson & Kjerllgren, 2018; Brandt, King & Evans-Brown, 2014) e consistiu num dos elementos consensuais da reunião de peritos do presente *trendspotter*. Os dados referentes à utilização dos dispositivos de *drug checking*, de pesquisa de metabolitos em contexto hospitalar e a comparação entre os dados provenientes das apreensões e os provenientes de inquéritos permitem sugerir que, também em Portugal, o consumo não intencional terá uma importante dimensão. Por exemplo, o consumo não intencional de catinonas tem sido identificado em dispositivos de *drug checking* em festas e festivais realizados em Portugal, designadamente produtos vendidos como MDMA que contêm metilona ou mefedrona (Martins, Valente & Pires, 2015) e ainda amostras de LSD que, numa porção significativa, continham NSP (Martins *et al.*, 2017). Este facto releva para a importância de incrementar os dispositivos de análise de substâncias psicoativas *in situ* (*drug checking* ou *drug-testing*), mitigando o risco de uso de NSP de forma não intencional e potenciais danos propiciados pelo mesmo.

Tendo em conta os perfis de consumidores, é possível que os psiconautas constituam o grupo em

que o consumo não intencional é menos comum. Quanto aos consumidores problemáticos é possível que exista também uma dimensão de consumo não intencional, por via da adulteração da heroína ou da cocaína. Estas são substâncias usualmente bastante adulteradas. A pureza média da cocaína vendida a retalho em Portugal em 2016 situava-se entre os 40% (cloridrato) e os 48% (base/crack), sendo de 16% para a heroína (SICAD, 2018). Segundo fonte deste *trendspotter*, em Lisboa estas substâncias são adulteradas, por exemplo, com Noostan (heroína) ou com Xilocaína ou Aspegic (cocaína) pelo que é admissível a adulteração com NSP.

Em síntese, no que concerne aos perfis de consumo de NSP, a literatura evoca categorizações que são consonantes com os dados obtidos neste estudo. Os contextos de uso, as variáveis sociodemográficas e a intencionalidade do consumo parecem constituir as dimensões de maior relevo, segundo as quais os utilizadores de NSP têm sido categorizados. O cruzamento destas várias dimensões resulta em níveis de complexidade ainda pouco claros que no futuro importa descortinar. Por exemplo, a maior prevalência de uso entre os jovens poderá, eventualmente, associar-se a utilizações em contexto recreativo, ou corresponder a psiconautas, ou ambas.

No que concerne à distribuição da utilização de NSP em território português, a região dos Açores destaca-se nos inquéritos nacionais também pela maior prevalência de consumo de outras substâncias ilícitas que não *cannabis*, onde poderão estar incluídos os principais utilizadores de NSP.

7. PERCEÇÕES, CRENÇAS E MOTIVAÇÕES

Até 2013 (ao encerramento das *smartshops*), os consumidores de NSP justificavam a opção por este tipo de substâncias sobretudo por serem de venda livre e de fácil acesso (Alves, 2013), mais do que pela qualidade ou pelo preço (Vavrincikova *et al.*, 2016). Ainda que algumas populações consumissem determinadas NSP de forma regular, nomeadamente em contexto recreativo, à data o consumo deste tipo de substâncias era percebido como tendencialmente esporádico e experimental, sendo a curiosidade, mais do que a procura do prazer, a principal motivação para o consumo,

enquanto a acessibilidade era o que mais favorecia a escolha por este tipo de substâncias em detrimento de outras (Ribeiro *et al.*, 2014; Silva, 2014).

Há evidência que, à parte de populações muito específicas, os consumidores de NSP eram também consumidores de outras drogas. Nesse sentido, ao contrário de outros países, em Portugal as NSP raramente eram a primeira escolha de consumo, antes uma opção de recurso. De facto, mesmo entre consumidores, a perceção geral era que de que os produtos psicoativos vendidos nas *smartshops* tinham menos qualidade e comportavam maiores riscos para a saúde do que as chamadas drogas ilícitas tradicionais (Ribeiro *et al.*; 2014; Calado 2013).

Com a mudança legislativa e o fecho deste tipo de lojas, no que se refere às perceções e representações sociais, o cenário não parece ter-se alterado de modo significativo, refletindo um uso tendencialmente esporádico e traduzindo-se, conseqüentemente, num diminuto contacto e conhecimento acerca destas substâncias (Silva & Henriques, 2017).

Do ponto de vista das perceções sociais, os vários participantes no questionário *online* dirigido aos consumidores, realizado no âmbito do presente estudo, assumem posicionamentos diferentes face à evolução dos consumos de NSP em Portugal nos últimos anos: cerca de 38% considera que há um decréscimo, mas aproximadamente 29% considera um fenómeno em crescimento. Cerca de 10% considera que a evolução do fenómeno é estável, enquanto 23% não soube responder.

De acordo com os especialistas, as NSP são hoje um fenómeno com pouca visibilidade social (Henriques, Silva & Hsu, 2018), sendo que, mesmo entre consumidores, não há um grande conhecimento acerca do mercado e das próprias substâncias e seus efeitos (Torres, 2015).

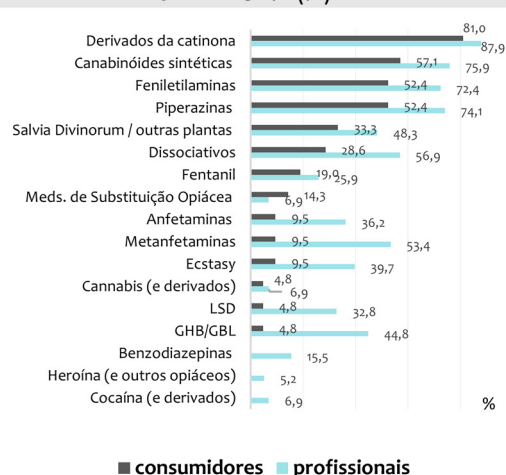
A isto acresce a dificuldade colocada pela própria designação, uma vez que NSP é um termo reconhecidamente dúbio, que consumidores e

técnicos têm dificuldade em definir ou delimitar com clareza (Henriques, Silva & Hsu, 2018; Benschop *et al.*, 2017).

Num inquérito realizado entre participantes de um festival de música (Calado, Lavado & Dias, 2017), 71% dos inquiridos afirmou desconhecer o termo NSP. Quando se consideram apenas os inquiridos que consumiram NSP alguma vez na vida ou mais recentemente, a percentagem é de 50% e 33%, respetivamente.

Os resultados dos dois inquéritos *online* lançados no âmbito do presente trabalho vão no mesmo sentido, revelando as dificuldades sentidas por técnicos e consumidores com a própria noção de NSP. Uma percentagem muito relevante dos profissionais inquiridos inclui na categoria de NSP substâncias como metanfetaminas (53%), anfetaminas (36%) ou LSD (33%). Não se pode dizer que os consumidores inquiridos estejam melhor informados, pois aqueles que não incluem na categoria de NSP substâncias como os derivados da catinona, os canabinóides sintéticos ou plantas como a *salvia divinorum* perfaz 19%, 43%, e 67%, respetivamente

“QUE TIPO DE SUBSTÂNCIAS/PRODUTOS CONSIDERA SEREM NSP?” (%)



Fonte: SICAD

De acordo com os dados publicados e com a opinião geral dos técnicos do terreno, os consumidores de NSP usam também outras drogas ilícitas (com destaque para a *cannabis*), tendendo a considerar as primeiras como de inferior qualidade e mais

perigosas, por serem «artificiais» e produzidas em laboratório, por oposição às segundas, vistas como «naturais» (Torres, 2015). Tal como antes (Ribeiro *et al.*, 2014), as NSP são hoje entendidas pela população jovem e pelos próprios consumidores de uma forma tendencialmente pejorativa, como substâncias químicas e sintéticas, facilmente adulteráveis (Calado, Lavado & Dias, 2017). Por outro lado, a curiosidade permanece como a principal motivação reportada para consumo de NSP em Portugal (Vavrincikova *et al.*, 2016), o que vai ao encontro ao padrão de consumo vigente, tendencialmente experimental e ocasional (Henriques & Silva, 2016).

Segundo alguns especialistas, o consumo regular de NSP em Portugal ocorre primordialmente em contextos recreativos, com destaque para as festas trance. Os participantes deste tipo de eventos destacam-se por um maior conhecimento acerca destas e de outras substâncias psicoativas (Benschop *et al.*, 2017; Calado, 2006), revelando-se geralmente bem informados. Merecem destaque também os psiconautas que tendencialmente procuram determinados efeitos, sobretudo alucinogénicos (Benschop *et al.*, 2017), com consumos intencionais. Efetivamente, se por um lado os consumidores tendem a expressar mais

opiniões negativas do que positivas acerca das NSP, aquelas com propriedades alucinogénicas (como a *salvia divinorum*) são as que recolhem mais opiniões favoráveis (Vavrincikova *et al.*, 2016).

Por fim, importa ainda salientar o evitamento da deteção de utilização de substâncias psicoativas como motivação para a utilização de NSP em detrimento de outras. Em outros países, é o caso de reclusos, condutores, militares ou indivíduos em tratamento, por exemplo. No entanto, face à escassez de dados, não é possível construir inferências para a realidade nacional.

Em suma, a perceção geral em Portugal é de que o fenómeno das NSP é pouco expressivo, tem vindo a decrescer e a perder visibilidade, nomeadamente após o encerramento das *smartshops*. Mesmo entre consumidores de NSP, este tipo de substâncias tende a ser visto de uma forma pouco positiva, essencialmente por serem vistas como artificiais. Verifica-se que, seja entre consumidores, seja entre profissionais, a categoria NSP é pouco consensual quanto às substâncias que abrange, bem como quanto aos critérios de inclusão.

VI. ACESSO / ACESSIBILIDADE

As constantes e rápidas mudanças dos mercados de drogas, associadas à alteração das substâncias existentes e síntese de novas, convoca os mecanismos de regulação a nível nacional e internacional para a necessidade de maior adaptação e supervisão (Soussan, Andersson & Kjerllgren, 2018; UNODC, 2017). É reconhecida a disponibilidade destas substâncias num mercado predominantemente desenvolvido na Internet, designadamente na *darknet* (Soussan & Kjellgreen, 2014), à qual públicos diferenciados têm acesso (Van Hout *et al.*, 2018).

De acordo com os dois questionários *online* lançado no âmbito do presente estudo, é opinião geral dos respondentes que as NSP continuam a ser vendidas em Portugal. Se cerca de 2/3 dos consumidores inquiridos tem essa opinião, a mesma é partilhada por 85% dos profissionais inquiridos. Entre estes últimos, a partir da sua experiência profissional, 94% consideram que as NSP são vendidas na Internet em Portugal.

Em contraponto, embora os dados provenientes de estudos nacionais confirmem a utilização da Internet para a aquisição de NSP, entre consumidores

esta prática parece ter uma expressão mais reduzida. Cerca de um terço dos consumidores recentes de NSP inquiridos no âmbito do inquérito à população geral (Balsa, Vital & Urbano, 2018) e apenas 14% dos consumidores recentes de NSP no âmbito do inquérito aplicado no Dia da Defesa Nacional 2017 (Carapinha & Calado, 2018) reportaram a utilização da Internet como meio de aquisição nos 12 meses anteriores. Por sua vez, também 25% dos consumidores inquiridos no presente estudo utilizaram a Internet para o mesmo fim no mesmo período temporal. Desta forma, esta não parece ser, portanto, a forma predominante de aquisição de NSP em Portugal. Na população em geral, por exemplo, metade dos consumidores deste tipo de substâncias refere a aquisição através de outros meios.

A maioria dos consumidores recentes de NSP inquiridos no festival NOS Alive destaca, em primeiro lugar, a aquisição através de amigos/conhecidos, forma de acesso mencionada também por 7 dos 9 consumidores recentes deste tipo de substâncias inquiridos no presente estudo. Em ambos os estudos, ainda que de uma forma mais residual, os consumidores inquiridos fazem também referência à aquisição de NSP em mercado de rua e/ou nos mesmos circuitos das substâncias ilícitas. Por seu lado, esta via de aquisição é mencionada por 79% dos profissionais inquiridos neste *trendspotter*.

Diversas fontes apontam para a existência de lojas que, de forma clandestina, continuam a vender NSP em Portugal. Por exemplo, no inquérito à população em geral (Balsa, Vital & Urbano, 2018), 14% dos consumidores recentes continuam a mencionar as lojas como local de acesso às NSP. No mesmo sentido, também os consumidores inquiridos em vários dos estudos citados referem esporadicamente este meio de aquisição. Esta é também a opinião dos profissionais inquiridos e de peritos participantes no presente estudo, que relatam a comercialização em loja em Lisboa.

Em suma, e não obstante a relevância dos instrumentos em implementação que aferem a circulação destas substâncias nos mercados europeus, em Portugal o domínio da acessibilidade das NSP parece constituir-se como dimensão do fenómeno ainda em défice de conhecimento, requerendo um investimento notório no aperfeiçoamento dos mecanismos de identificação e regulação de mercado, assim como das políticas que os suportam.

Contudo, os dados disponíveis apontam para que os meios de acesso a NSP sejam semelhantes às formas de acesso a substâncias ilícitas, o que está de acordo com o recurso a estas substâncias a par do das ilícitas. A utilização da Internet, crescentemente constatada no contexto internacional, parece começar a assumir alguma dimensão também em Portugal.

VII. RISCOS ASSOCIADOS AO CONSUMO / USO PROBLEMÁTICO E MORTALIDADE

Os utilizadores de NSP que responderam ao questionário *online* consideram que o uso destas substâncias comporta maiores riscos para a saúde do que as drogas ilícitas tradicionais, ainda que considerem que tal dependa sobretudo da substância em si (52,4%) e da quantidade utilizada (38,1%).

São referidas como consequências mais frequentes associadas ao uso de NSP neste estudo os sintomas

ansiosos, alterações do sono e do humor e, de modo menos frequente, sintomas psicóticos. Os profissionais que responderam ao questionário *online* identificam os problemas de saúde mental como os riscos mais associados à utilização de NSP (56%), seguindo-se riscos não conhecidos (28%) e problemas ao nível da saúde física (24%). De igual modo, em termos de danos concomitantes, os problemas de saúde mental são identificados de um modo muito preponderante (cerca de 74%),

seguinte os problemas de saúde física (28%) e os de natureza social/familiar/legal (24%).

Quer o reportado pelos utilizadores, quer pelos profissionais, é consonante com os dados da literatura (Van Hout *et al.*, 2018; Pirona *et al.*, 2017; Abdulrahim & Bowden-Jones, 2015; Karila *et al.*, 2015) que salientam os riscos e danos nos domínios da saúde física e particularmente mental associados à utilização de NSP.

De igual modo, no âmbito dos *focus groups* os especialistas participantes identificaram o risco de desenvolvimento / consolidação de perturbações psiquiátricas pelo uso de NSP, designadamente episódios psicóticos, sintomas maníacos, insónia, comportamentos auto-lesivos e perturbações da ansiedade. Foi ainda salientado, por um lado, o facto de os utilizadores poderem vir a desenvolver défices nas funções executivas e de funcionamento cognitivo mais amplo, assim como outras condições psicopatológicas; e, por outro, que o uso precoce destas substâncias parece mais relacionado com um maior risco de morbilidade psiquiátrica. O seguimento clínico e *follow-up* destes utilizadores, frequentemente impossibilitado por não adesão às respostas de saúde tradicionais disponíveis, dificulta a medida de potenciais impactos a médio/longo prazo dos consumos de NSP.

A prevalência de mortalidade pelo uso de NPS não é reconhecida como elevada. A nível europeu, num relatório de 2014 foram identificadas 32 situações de intoxicações não fatais e 4 mortes em que a 25I-NBOMe especificamente estava presente (1 das mortes devido à substância) (WHO, 2014a). No âmbito dos canabinóides sintéticos têm sido reportados níveis de particular toxicidade, nomeadamente da JHW-018 pela sua ação agonista no recetor CB1 e, por seu turno, o particular potencial de abuso da AB-CHMINACA devido ao seu efeito rápido e curto. A nível mundial, ambas as substâncias já foram identificadas em casos de intoxicação aguda (com múltiplos efeitos adversos) e de morte. Em 7 dos 31 casos de morte em que foi identificada a presença de AB-CHMINACA esta

substância foi considerada causa ou como fator que contribuiu para a morte (WHO, 2014, 2017).

Em Portugal, de acordo com os dados reportados pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, exames toxicológicos *post-mortem* realizados desde 2012 têm esporadicamente confirmado a presença de NSP no organismo, embora tal não queira significar necessariamente que constituam a causa da morte. Em 2016, verificaram-se, pelo menos, 4 óbitos em território nacional com a presença deste tipo de substâncias – nomeadamente ketamina, piperazinas e triptaminas – em associação com outras, como álcool, *cannabis*, morfina e benzodiazepinas.

O grau de toxicidade destas substâncias em si não foi identificado pelos especialistas participantes neste estudo como causa principal de morte, mas antes os comportamentos e as circunstâncias associados à sua utilização. Efetivamente, os próprios critérios de determinação das causas de morte são heterogéneos, dependendo a análise toxicológica efetuada da requisição inicial que, por sua vez, depende da sensibilidade das equipas forenses para a análise de indicadores específicos. Tal pode frequentemente conduzir à consideração de mortes que, podendo estar associadas à utilização de NSP, são declaradas como de ‘causa desconhecida’ (Elliott, Sedefov & Evans-Brown, 2018).

A relevância do despiste toxicológico das NSP, devidamente sinalizado no contexto dos *focus groups*, detém também implicações no contexto de emergência hospitalar. A inexistência de análises rápidas de despiste de NSP em serviços de urgência não promove intervenções mais específicas em função das substâncias realmente consumidas o que, aliado à vacuidade de respostas terapêuticas particulares para as NSP – o controlo sintomático em termos médicos e psiquiátricos é o mais comumente desenvolvido (Abdulrahim & Bowden-Jones, 2015) – dificulta a acuidade diagnóstica e a adequada referência para cuidados especializados dos casos que o necessitem.

É de salientar que tanto no inquérito *online* a consumidores de NSP, como num estudo recente a participantes de um festival de música (Calado, Lavado & Dias, 2017), nenhum dos inquiridos reconheceu ter recorrido a um serviço de urgência médica devido ao consumo deste tipo de substâncias. Também a percentagem que declara que tal aconteceu a amigos ou conhecidos é residual. Contudo, no âmbito dos *focus groups* foi veiculada a existência de casos graves em contextos recreativos (ex: Boom Festival) decorrentes do uso de NSP, que requereram intervenção de emergência pelos serviços de apoio existentes em RRMD, com apoio clínico de manejo específico.

Em virtude destas constatações há um reconhecimento da necessidade formativa / informativa por parte dos profissionais que responderam ao questionário *online* no domínio das NSP (35,7%), dado igualmente corroborado pelos especialistas que integraram os *focus groups* e que é consentâneo com a literatura neste tópico (ex: Pompidou Group, 2017; Torrado *et al.*, 2017; Wood, Ceronie & Dargan, 2016).

Em suma, os dados obtidos apontam para uma perceção relativamente consensualizada da perigosidade das NSP. A literatura e os dados obtidos neste estudo vão no sentido de associar sintomas físicos e psiquiátricos agudos ao uso de NSP, em diferentes contextos, requisitando competências particulares de intervenção em crise.

Ainda que de aparente baixa prevalência, a intoxicação por NSP requer avaliação e intervenções específicas, de momento escassamente disponíveis. A concomitante vacuidade de informação impossibilita uma comprovada associação entre o uso de NSP e situações críticas de morbilidade, nomeadamente as que dão entrada em emergência hospitalares.

Relativamente a mortes por uso de NSP, os dados carecem de maior consistência, crendo-se que algumas que tenham decorrido por uso de NSP possam estar a declaradas como de 'causa desconhecida', dificultando a delimitação do problema.

É consensual que as necessidades de informação e formação para a intervenção neste âmbito são elevadas.

VIII. DISCUSSÃO E RECOMENDAÇÕES

Através da metodologia *trendspotter* tentou-se, por um lado, conseguir retrato circunscrito e fiel da atualidade do fenómeno das NSP em Portugal e, por outro, subsidiar o conhecimento existente por meio da leitura dos achados deste projeto à luz de uma revisão bibliográfica bem delimitada.

Tendo em conta os eixos de análise que se definiram para caracterizar este fenómeno em Portugal, constatou-se que, tal como sugerido pela literatura (ainda bastante restrita em torno de dados nacionais), a literacia sobre as NSP é pouco consolidada, fruto por um lado do próprio conceito ser abrangente e difuso – perceção comungada por profissionais e utilizadores – e, por outro, a epidemiologia inerente à utilização destas substâncias encontrar-se igualmente pouco

estabelecida, decorrendo provavelmente, em parte, dessa conceptualização ambígua.

Nos últimos anos têm sido desenvolvidos estudos mais específicos com subgrupos da população portuguesa, alguns dos quais no contexto de consórcios internacionais, visando caracterizar a utilização destas substâncias, sobretudo no que concerne a prevalências, padrões e perfis de consumo.

Fruto da discussão em torno deste termo, no qual alguns incluem mesmo o uso de medicamentos não prescritos ou de substâncias que incrementem o desempenho cognitivo e/ou físico, identificou-se como possível alternativa o conceito de tendências emergentes de consumo, procurando-se refletir

não apenas a utilização de novas substâncias mas também de novos padrões de consumo.

Esta investigação confirma como a categoria Novas Substâncias Psicoativas não só é pouco clara para os profissionais quanto às substâncias que engloba, como, de uma forma geral, não é utilizada pelos consumidores, que tendem a utilizar os nomes de substâncias específicas que, como se constata também em Portugal, são, maioritariamente, de breve permanência no mercado.

Face à realidade atual, importa ponderar a substituição do termo NSP por outro(s). Uma vez que a categoria NSP é reconhecidamente artificial, congregando substâncias de diferentes natureza, composição e estatuto legal, futuros estudos beneficiariam de uma abordagem centrada em substâncias e padrões de consumo em concreto.

Os dados provenientes de inquéritos quantitativos e qualitativos analisados reforçam a ideia de que a prevalência de consumo de NSP em Portugal é reduzida quando comparada com a das substâncias ilícitas (mesmo excluindo a *cannabis*) e inferior à média europeia. Contudo, tendo em conta os dados provenientes de amostras apreendidas e dos serviços de *drug checking*, por exemplo, constata-se a necessidade de considerar também a dimensão do consumo não intencional, indo, portanto, para além das prevalências estimadas a partir das declarações de consumo em inquéritos epidemiológicos.

Neste contexto, o cruzamento de múltiplas fontes assume particular relevância na análise da dimensão do consumo de distintos grupos de Novas Substâncias Psicoativas. Neste estudo, o confronto de múltiplas fontes evidencia algumas discrepâncias entre os dados provenientes da oferta e os provenientes do autorrelato. É o caso das catinonas e das plantas, cujos dados de disponibilidade parecem superar os do autorrelato nas primeiras, sucedendo o contrário nas segundas. Algumas hipóteses podem ser colocadas, desde logo, limitações metodológicas relacionadas com o autorrelato, a eventual maior integração das catinonas no circuito das substâncias ilícitas ou

mesmo discrepâncias entre as catinonas e as plantas quanto à dimensão do consumo não intencional.

O caráter aparentemente residual, experimental e volátil do consumo destas substâncias, bem como as alterações nos padrões de consumo em função das modificações observadas nas formas de apresentação, sugerem ainda a particular relevância da pesquisa qualitativa neste domínio.

Relativamente aos indicadores de disponibilidade destas substâncias, constata-se como, à semelhança do que é observado a nível internacional, o mercado de NSP permanece como particularmente dinâmico, quer no que toca à introdução de novas substâncias, quer no que diz respeito às suas formas de apresentação. Apesar de se caracterizar pela volatilidade, algumas substâncias, porventura devido à maior aceitação pelos consumidores, permanecem no mercado durante um período de tempo superior. Com efeito, substâncias como a *salvia divinorum*, a ketamina ou o GHB eram já consumidas em Portugal antes do fenómeno Novas Substâncias Psicoativas.

A aparente incipiente introdução deste grupo de substâncias no mercado português aliada à tendência recente de diminuição do mercado a nível europeu, sugerem, que, porventura, globalmente não seja de antecipar um particular incremento do consumo deste tipo de substâncias em Portugal. Contudo, a, também recente, tendência internacional quanto à oferta de opióides sintéticos e identificação recente dos mesmos em Portugal, ainda que residualmente, é merecedora de particular atenção no contexto português, tendo em conta o número de consumidores e ex-consumidores de opiáceos. Neste âmbito, merecem especial atenção os consumidores problemáticos que, pela sua vulnerabilidade económica e facilidade de acesso, poderão ser mais suscetíveis ao consumo quer intencional quer não intencional deste tipo de substâncias.

Os produtos legislativos que promoveram o fecho das *smartshops* e as demais dimensões da oferta de NSP em Portugal parecem ter contribuído para uma diminuição da utilização destas substâncias.

A percepção negativa de diferentes públicos sobre as NSP parece não ter mudado substancialmente, sendo que a sua utilização parece continuar a estar mais associada a grupos específicos de consumidores para uso em contexto festivo. O encerramento de lojas especializadas parece ter promovido uma diminuição da prevalência de consumo intencional. No entanto, a motivação para a aquisição de NSP poderá ter encontrado espaço em mercados ocultos, mais difíceis de observar e caracterizar, existindo também evidência que o consumo não intencional deste tipo de substâncias é uma realidade. A ação legislativa tem prosseguido neste domínio, com a contínua introdução de novas substâncias sob controlo, tendo em conta a avaliação internacional de riscos efetuada.

Um dos aspetos muito consensuais neste estudo prende-se com o consumo não intencional de NSP (e os concomitantes danos para a saúde). Os dados obtidos reforçam a necessidade premente de incrementar políticas que facilitem a disponibilização de dispositivos de RRMD, entre os quais se deverá conferir especial relevância aos de *drug checking* em contextos festivos; como também a investigação e desenvolvimento de instrumentos que facilitem a deteção de NSP em contexto de emergência. Efetivamente, alguns estudos têm salientado que os sujeitos que submetem a análise as substâncias que ponderam consumir tendem a não utilizá-las quando o teste indica tratar-se de outra substância que não a pretendida (ex: Martins *et al.*, 2017). Estes dados reforçam a dimensão dissuasora destas estratégias e o contributo significativo para a gestão dos riscos e promoção da saúde dos utilizadores, com impacto positivo na saúde pública.

Um nível adicional consensualmente identificado como requerente de maior investimento é o despiste toxicológico, com particular impacto no contexto de emergência hospitalar. O incremento

da investigação e desenvolvimento de análises rápidas de despiste de NSP é essencial para a criação de intervenções mais específicas em função das substâncias consumidas assim como de terapêuticas ajustadas, que possam ir além da simples atenuação de sintomas agudos e promovam uma adequada continuidade de cuidados.

Em termos de limitações, o projeto empreendido não obteve dados relativos a possíveis dimensões de intervenção e a grupos particulares envolvidos no fenómeno das NSP e que, em futuros estudos de âmbito nacional, devem ser devidamente contemplados.

A área da prevenção e da qualidade da informação a veicular junto da população, em geral, ou de grupos potencialmente mais vulneráveis, em especial, carece de uma reflexão e da implementação de medidas. Não é claro, nomeadamente através da literatura internacional, que estratégias e metodologias devem ser priorizadas em abordagens preventivas à utilização de NSP, devidamente adaptadas aos grupos-alvo e suficientemente inovadoras. Por outro lado, o tipo de conteúdos informativos a veicular em plataformas de saúde, ou outras, deve ser igualmente objeto de investimento. Alguns projetos para o aumento da literacia em NPS junto de faixas etárias específicas têm emergido em diferentes contextos – tendo a Internet uma importância particular (ex: www.mindyourtrip.eu) – que importa promover e monitorizar.

Um dos subgrupos cuja caracterização este estudo tentou abarcar, ainda que sem sucesso por ausência de fontes, prendeu-se com os utilizadores de NSP nas práticas de *chemsex*. A literatura, ainda que escassa, tem identificado alguns homens utilizadores intencionais destas substâncias nestes contextos (Schmidt *et al.*, 2016). Os dados disponíveis encontram-se desatualizados, pelo que esta realidade carece de um estudo continuado, seja através dos instrumentos existentes e redes de investigação em curso (European MSM Internet Survey, EMIS) seja através de outras metodologias

de análise qualitativa, designadamente nacionais. Neste âmbito, será de relevo a implementação de estudos que possam caracterizar junto dos grupos já mencionados (e outros) as motivações predominantes do uso de NSP em Portugal, assim como os riscos e consequências para a saúde decorrentes destas práticas.

Um outro subgrupo que neste estudo não foi igualmente abarcado é o dos reclusos. A assunção de que este grupo utiliza NSP estritamente motivado pelo evitamento da deteção do uso de substâncias psicoativas ilícitas pode constituir um equívoco, pelo que carece de melhor caracterização visando aferir estratégias de intervenção específicas.

Ainda no contexto das limitações importa salientar as inerentes à identificação de consensos, tendências e conclusões a partir do cruzamento de fontes muito diversas, designadamente quanto a metodologias, conteúdos e grupos alvo.

Em síntese, os considerandos supramencionados sugerem que as abordagens ao fenómeno das NSP em Portugal beneficiam largamente das seguintes ações:

- Incrementar o *drug checking* integrado em dispositivos de RRMD abrangentes
- Incrementar a formação / informação / literacia neste âmbito, designadamente junto de profissionais e em interface com área da Saúde Mental
- Incrementar a continuidade de cuidados junto de indivíduos utilizadores com morbilidade, assim como a investigação longitudinal de variáveis no âmbito da saúde física e psiquiátrica (estudo de impacto da utilização de NSP)
- Promover diferentes níveis de investigação, designadamente farmacológica, qualitativa e baseada na triangulação de informação
- Dirigir a investigação a substâncias e padrões de consumo específicos, em alternativa à categoria NSP
- Reforço da colaboração entre parceiros, nomeadamente na definição de protocolos de procedimentos nas várias áreas de intervenção
- Desenvolver políticas de prevenção ambiental abrangentes
- Produção de informação *online* em Português dirigida a diferentes grupos da população.

IX. AGRADECIMENTOS

Este projeto de investigação desenvolvido pelos profissionais do SICAD, com o suporte técnico e financeiro do EMCDDA, foi possível em virtude do contributo muito significativo dos vários participantes nos questionários *online* (utilizadores de NSP e profissionais de diferentes áreas de intervenção), bem como das entidades abaixo mencionadas, designadamente dos profissionais que de seguida se elencam:

- Alessandra Bo, Alessandro Pirona e João Matias (EMCDDA)
- Álvaro Lopes (Egas Moniz – Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L.)
- António Malta (ARS Algarve, I.P. – Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, DICAD)
- Cristiana Pires (Cria/ Associação Kosmicare)
- Daniel Martins e Helena Valente (Universidade do Porto)
- Inês Macedo (Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. – Serviço de Psiquiatria e de Saúde Mental)
- Maria João Caldeira (Laboratório Científico da Polícia Judiciária)
- Mário João Dias (Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.)
- Marta Borges (ARS Lisboa e Vale do Tejo, I.P. - DICAD)
- Miguel Talina (Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. – Serviço de Psiquiatria e de Saúde Mental)
- Neide Urbano (Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E. – Área de Pedopsiquiatria do Hospital D. Estefânia)
- Rita Lopes (Associação Crescer)
- Joana Silva (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES-IUL)

X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdulahim, D. & Bowden-Jones, O. on behalf of the NEPTUNE Expert Group (2015). *Guidance on the Management of Acute and Chronic Harms of Club Drugs and Novel Psychoactive Substances*. London: Novel Psychoactive Treatment UK Network (NEPTUNE). Disponível em: <http://neptune-clinical-guidance.co.uk/>
- Balsa, C., Vital, C. & Urbano, C. (2018). *IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral: Portugal 2016/17*. Lisbon: SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/181/IV%20INPG%202016_17_PT.pdf
- Benschop, A. et al. (2017). *New Psychoactive Substances: Transnational Project on Different User Groups, User Characteristics, Extent and Patterns of Use, Market Dynamics, and Best Practices in Prevention*. NPS-transnational Project. Disponível em: <https://npstransnational.org/onewebmedia/NPS-transnational%20final%20report.pdf>
- Brandt, S., King, L. & Evans-Brown, M. (2014). The new drug phenomenon. *Drug Testing Analysis*, 6, 587–597. DOI: 10.1002/dta.1686
- Calado, V., Lavado, E. & Dias, L. (2017). *Novas Substâncias Psicoativas e Outras Drogas. Inquérito ao Público do Festival NOS Alive – 2017*, Lisbon: SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/187/NPS-PT.pdf
- Calado, V. & Lavado, E. (2016). *Representações da Droga e da Toxicodependência. Inquérito ao Público Jovem Presente no Rock in Rio*. Lisbon: SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/173/sinopse_rock_in_rio16_pt.pdf
- Calado, V. (2013). *Novas Substâncias Psicoativas. O Caso da Salvia Divinorum*. Lisbon: SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/8/Monografia.pdf
- Calado, V. (2006). *Drogas Sintéticas. Mundos Culturais, Música Trance e Ciberespaço*, Lisbon: IDT. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/108/Monografia.pdf
- Carapinha, L. & Calado, V. (2018). *Comportamentos Aditivos aos 18 Anos. Inquérito aos Jovens Participantes no Dia da Defesa Nacional – 2017*. Lisbon: SICAD.
- Carvalho, M. C. (2007). *Culturas Juvenis e Novos Usos de Drogas em Meio Festivo*. Oporto: Campo das Letras.
- DG COMM, Strategy, Corporate Communication Actions and Eurobarometer Unit (2014). *Flash Eurobarometer 401: Young people and drugs (report)*. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_401_present_en.pdf
- Elliott, S., Sedefov, R. & Evans-Brown, M. (2018). Assessing the toxicological significance of new psychoactive substances in fatalities. *Drug Testing and Analysis*, 10, 120–126. DOI: 10.1002/dta.2225
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA (2009). *Understanding the ‘Spice’ Phenomenon*. Disponível em: <http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/537/Spice-Thematic-paper-final-version.pdf>
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA (2011). *Trendspotter Summary Report. Recent Shocks in the European Heroin Market: Explanation and Ramification*. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_14_4648_EN_TrendspotterSummaryReport.pdf
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA (2015). *EMCDDA–Europol Joint Report on a new psychoactive substance: 1-phenyl-2-(1-pyrrolidinyl)-1-pentanone (α-PVP), Joint Reports*. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_24_2501_EN_TDAS15001ENN.pdf
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA (2015a). *New psychoactive substances in Europe: an update from the EU Early Warning System*. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_23_5958_EN_TD0415135ENN.pdf
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA (2017). *EMCDDA–Europol Joint Report on a new psychoactive substance: N-(1-amino-3-methyl-1-oxobutan-2-yl)-1-(cyclohexylmethyl)-1H-indazole-3-carboxamide (AB-CHMINACA), Joint Reports*. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/5484/2017.4964_TDAS17004ENN_PDFWEB.pdf

- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA (2017a). *High-risk drug use and new psychoactive substances: results from an EMCDDA trendspotter study*. Disponível em: <http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/4540/TD0217575ENN.pdf>
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA (2018). *Fentanils and synthetic cannabinoids: driving greater complexity into the drug situation*. Disponível em: <http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/8870/2018-2489-td0118414enn.pdf>
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction, EMCDDA & Europol (2013). *EU Drug Markets Report. A Strategic Analysis*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Feijão, F. (2016). *Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e Outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2015*. Disponível em: http://www.sicad.pt/PT/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Paginas/detalhe.aspx?itemId=170&lista=SICAD_ESTUDOS&bkUrl=/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos
- Ford, B. M., Tai, S., Fantegrossi, W. & Prather, P. L. (2016). Synthetic Pot: Not Your Grandfather's Marijuana. *Trends in Pharmacological Sciences*, 38 (3), 257-276.
- Godinho, J. (1995). "Ecstasy" (MDMA) e Outras "Designer Drugs". *Toxicodependências*, 1(1), 63-66.
- Henderson, G. (1988). Designer Drugs: Past History and Future Prospects. *Journal of Forensic Sciences*, 32(2), 569-575.
- Henriques, S. (2003). *O Universo do Ecstasy. Contributos para uma Análise dos Consumidores e Ambientes*. Azeitão: Autonomia 27.
- Henriques, S. & Silva, J. (2016). Novas Substâncias Psicoativas (NSP): Políticas Públicas, Mercados e Espaços Invisíveis. Paper presented at the *9th Portuguese Congress on de Sociology*, 6-8 July.
- Karila, L., Megarbane, B., Cottencin, O. & Lejoyeux, M. (2015). Synthetic Cathinones: A New Public Health Problem. *Current Neuropharmacology*, 12, 12-20.
- King, L. & Kicman, A. (2011). A Brief History of «New Psychoactive Substances». *Drug Testing and Analysis*, 3(7-8), 401-03.
- Marillier, M., Batisse, A., Richeval, C., Labrouve, V., Martinez, M., Allorge, D. et al. (2017). CHEMSEX, NPS & risk reduction management: Preliminary results of a pilot study. *Toxicologie Analytique et Clinique*, 29(1), 47-56. DOI: /doi.org/10.1016/j.toxac.2016.12.003
- Martins, A., Fuertes, R., Lucas, R., Carvalho, A., Meireles, P., Campos, M., Mendão, L., Barros, H. (2015). *Homens que têm Sexo com Homens: Resultados do European Men-Who-Have-Sex-With-Men Internet Survey (EMIS), 2010*. Disponível em: http://www.emis-project.eu/sites/default/files/public/publications/emis_na_tionalreport_portugal.pdf
- Martins, D., Valente, H. & Pires, C. (2015). Check!ng: A Última Fronteira para a Redução de Riscos em Contextos Festivos. *Saúde e Sociedade de São Paulo*, 24 (2), 646-660. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00646.pdf>
- Martins, D., Barratt, M. J., Pires, C. V., Carvalho, H., Vimala, M. V., Fornis, I. et al. (2017). The detection and prevention of unintentional consumption of DOx and 25x-NBOMe at Portugal's Boom Festival. *Human Psychopharmacology Clinical and Experimental*, 32(3). DOI: 10.1002/hup.2608
- Nogueira, P. (2012). *Notificação de Casos Notificados pelo Consumo de Novas Substâncias Psicoativas: Relatório 21/12/2012*. Lisbon: Direção-Geral da Saúde. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/notificacao-de-casos-desencadeados-pelo-consumo-de-novas-substancias-psicoativas-relatorio-21122012-png.aspx>.
- European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2018). *Relatório Europeu sobre Drogas: Tendências e Evoluções*. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/8585/20181816_TDAT18001PTN_PDF.pdf
- Orsolini, L., Ciccamese, M., Papanti, D., De Berardis, D., Guirguis, A., Corkery, J. M. et al. (2018). Psychedelic Fauna for Psychonaut Hunters: A Mini-Review. *Frontiers in Psychiatry*, 9, DOI: 10.3389/fpsyt.2018.00153.
- Oussan, C., Andersson, M. & Kjellgren, A. (2018). The diverse reasons for using Novel Psychoactive Substances – A qualitative study of the users' own perspectives. *International Journal of Drug Policy*, 52, 71-78.
- Pirone, P., Bo, A., Hedrich, D., Ferri, M., van Gelder, N., Giraudon, I., Montanari, L. et al. (2017). New psychoactive substances: Current health-related practices and challenges in responding to use and harms in Europe. *International Journal of Drug Policy*, 40, 84-92. DOI: 10.1016/j.drugpo.2016.10.004.
- Pompidou Group (2017). *Observations on trends and new insights concerning NPS by the participants of the 2017 Executive Training for the attention of the Permanent Correspondents of the Pompidou Group*. Disponível em: <https://rm.coe.int/090000168076cf15>

- Perrone, D. (2015). Designer Drugs. In H. Brownstein (Ed.), *The Handbook of Drugs and Society*. Chichester: Wiley-Blackwell (pp.149-174).
- Ribeiro, C., Dias, L., Guerreiro, C., Lavado, E. & Calado, V. (2014). *Consumo, Representações e Perceções das Novas Substâncias Psicoativas entre Estudantes Universitários, 2013/2014*. Lisbon: SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/150/Sinopse_NSP_2013_2014.pdf
- Rolando, S. & Beccaria, F. (2017). *Be Aware of Night Pleasure Safety: workstream 2 – survey (cross-national final report)*. Disponível em: http://coopalice.net/baonps/wp-content/uploads/2017/10/BAONPS_SURVEY_cross_national_report_.pdf
- Ruiz, M., Atkin-Brenninkmeyer, E., Mounteney, J., Bo, A., Matias, J., Vandam, L. et al. (2017). *Innovative Methods for Exploring New Drug-related Trends: the EMCDDA Trendspotter Methodology*. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/6392/LXAddictions2017_Trendspotter.pdf
- Schmidt, A., Bourne, A., Weatherburn, P., Reid, D., Marcus, U., Hickson, F. et al. (2016). Illicit drug use among gay and bisexual men in 44 cities: Findings from the European MSM Internet Survey (EMIS). *International Journal of Drug Policy*, 38, 4–12
- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, SICAD (2017). Consumo de Opiáceos: Sumário 2017*. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/186/Opiaceo2017_Sumario_PT.pdf
- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, SICAD (2018). Relatório Anual 2016 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/Publicacoes/Lists/SICAD_PUBLICACOES/Attachments/129/RelatorioAnual_2016_A_Situacao_DoPaisEmMateriaDeDrogas_e_Toxicodependencias.pdf
- Silva, V. (2005). *Techno, House e Trance. Uma Incursão pelas Culturas da «Dance Music»*. *Toxicodependências*, 11(3), 63-73.
- Silva, J. & Henriques, S. (2017). *National Report on New Psychoactive Substances Expert Interviews in Portugal*. Disponível em: <http://npstransnational.org/onewebmedia/Expert%20report%20-%20Portugal.pdf>
- Soussan, C. & Kjellgren, A. (2014). The flip side of “spice”: the adverse effects of synthetic cannabinoids as discussed on a Swedish internet forum. *Nordic Studies on Alcohol and Drugs*, 31, 207–220.
- The ESPAD Group (2016). *ESPAD Report 2015. Results from the European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Torrado, M., Vilar, G. & Duran, D. (2017). NPS and the emergent challenges for public health and psychiatry: an overview of the Portuguese situation. *Mental Health and Addiction Research*, 2(3), 1-6. DOI: 10.15761/MHAR.1000142
- Torres, A., Mendes, R., Gaspar, S., Fonseca, R., Oliveira, C., Dias, C. (2015). *Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional 2014. Relatório Final*. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/158/INCAMP_2016_Volume1.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime, UNODC (2013). *The Challenge of New Psychoactive Substances*. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime.
- United Nations Office on Drugs and Crime, UNODC (2017). *Market Analysis of Synthetic Drugs, Amphetamine-type Stimulants, New Psychoactive Substances*. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/scientific/Booklet_4_Market_Analysis_of_Synthetic_Drugs_ATS_NPS.pdf
- Van Hout, M. C., Benschop, A., Bujalski, M., Dabrowska, K., Demetrovics, Z., Felvinczi, K et al. (2018). New psychoactive substances: Current health-related practices and challenges in responding to use and harms in Europe. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 16, 480-495.
- Vavrinckova, L., Fidesova, H., Janikova, B. & Grung, J. P. (2016). *New Psychoactive Substances Among People Who Use Drugs Heavily. Towards Effective and Comprehensive Health Responses in Europe. 5-Country RAR Report*. Disponível em: http://www.npsineurope.eu/images/pdf/publication/NPS_5_country_rar_report.pdf
- Wood, D. M., Ceronie, B. & Dargan, P. I. (2016). Health professionals are less confident in managing acute toxicity related to the use of new psychoactive substances (NPS) compared with classical recreational drugs. *QJM: An International Journal of Medicine*, 527-529. DOI: 10.1093/qjmed/hcv208
- World Health Organization (2014). *JHW-018 Critical Review report: Agenda Item 4.5 (Expert Committee on Drug Dependence)*. Disponível em: http://www.who.int/medicines/areas/quality_safety/4_5_review.pdf
- World Health Organization (2014a). *25I-NBOMe Critical Review report: Agenda Item 4.19 (Expert Committee on Drug Dependence)*. Disponível em: http://www.who.int/medicines/areas/quality_safety/4_19_review.pdf

World Health Organization (2015). *WHO Expert Committee on Drug Dependence: Thirty sixth report*. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/153834/WHO_TRS_991_eng.pdf;jsessionid=7CAB79BB8559EF171CC11AAD968DCDC6?sequence=1

World Health Organization (2017). *AB-CHMINACA Review Report: Agenda Item 4.1 (Expert Committee on Drug Dependence)*. Disponível em: http://www.who.int/medicines/access/controlled-substances/Critical_Review_AB-CHMINACA.pdf